

PERFIL DE TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS E PEDAGOGOS DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA MINEIRA

PROFILE OF TECHNICIANS IN EDUCATIONAL AFFAIRS AND PEDAGOGUES OF A PUBLIC UNIVERSITY IN MINAS GERAIS

Waleska Dayse Dias de Souza¹
Jacqueline Oliveira Lima²
Débora Viviane Gontijo³
Fernanda Oliveira Borges⁴

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar o perfil dos profissionais dos cargos: Técnico em Assuntos Educacionais e Pedagogo na Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utilizou no levantamento de dados, questionário de questões abertas e fechadas. As análises foram realizadas com base na análise de conteúdo. Como resultados, o perfil profissional indicou grupo com idade entre 26 e 45 anos, maioria mestres, mulheres, raça branca, ingresso posterior ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni instituído em 2007. Parte do grupo não atua em atividades de assessoramento e/ou apoio pedagógico, realizando atividades administrativas de menor complexidade. A maior parte dos respondentes foi constituída de profissionais do cargo: Técnico em Assuntos Educacionais. Espera-se que as análises contribuam para que a instituição aperfeiçoe seu projeto de desenvolvimento institucional, valorizando os profissionais que atuam nestes cargos e melhorando seu dimensionamento de pessoal. Além disso, espera-se que o assessoramento/apoio pedagógico a docentes e estudantes seja, efetivamente, reconhecido como atividade estruturante do trabalho nas instituições de nível superior.

Palavras-chave: Educação superior; Técnico em assuntos educacionais; Pedagogo; Assessoramento pedagógico universitário; Apoio pedagógico estudantil.

ABSTRACT

The work has the objective of analyzing the profile of two professionals in two positions: Technician in Educational Affairs and Pedagogue at the Federal University of Triângulo Mineiro – UFTM. It is a qualitative research that used the survey of data, a questionnaire of open and dated quests. The analyzes were carried out based on the analysis of the content. As results, the professional profile indicated a group with ages between 26 and 45 years old, most mestres, women, white race, enrolled after the Program to Support Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities – Meeting established in 2007. Part of the group is not active in assessment activities and/or pedagogical support, carrying out less complex administrative activities. Most of the two respondents were made up of professionals with the position: Technician in Educational Affairs. It is hoped that the analyzes contribute so that the institution improves its project of institutional development, valuing the professionals who perform these positions and improving their personal dimension. Furthermore, it is hoped that the pedagogical assessment/support to teachers and students will be, in effect, recognized as a structuring activity of work in higher level institutions.

¹ Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação, atua com assessoramento pedagógico universitário em cursos de graduação da área de exatas e naturais.

² Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação, atua no assessoramento pedagógico da escola técnica da UFTM – CEFORES.

³ Pedagoga, Mestre em Educação, atua no apoio estudantil da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da UFTM.

⁴ Técnica em Assuntos Educacionais, Mestre em Educação, atua no setor de Acessibilidade da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis UFTM.

Keywords: Higher education; Technician in educational affairs; Pedagogue; University pedagogical advice; Student pedagogical support.

1 INTRODUÇÃO

A universidade pública é uma instituição social (CHAUÍ, 2001), um sistema complexo com redes em constante transformação onde se encontram pessoas, estruturas organizacionais, projetos e programas (ALMEIDA FILHO *et al*, 2014), que no contexto das novas tecnologias digitais, tem sofrido mudanças na sua forma de comunicação interna. “Na comunicação interna, o uso das novas tecnologias pode ajudar no aprimoramento das formas comunicacionais já adotadas. O mural eletrônico e as redes sociais corporativas são exemplos deste tipo de tecnologia” (SANTOS, 2018, p. 23).

Considerando o contexto de transformações das formas de comunicação dos mais diversos grupos sociais, entre eles, os grupos profissionais, foi criado em novembro de 2020, por meio da ferramenta digital WhatsApp, o Grupo de Assessoramento Pedagógico da UFTM. O termo “assessoramento pedagógico” foi pensado, naquele contexto, como forma de nomear o conjunto de atividades desempenhadas pelos Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos da UFTM - servidores de cargo de nível superior da carreira técnico-administrativo em educação da universidade, implementada por meio da Lei 11.091/2005 (BRASIL, 2005). Os profissionais da instituição convidados a integrar o grupo atuavam em serviços de apoio ao estudante, em serviços de apoio ao docente, em atividades relacionadas à formação permanente, elaboração, registro e acompanhamento curricular, acompanhamento discente, em setores diversos espalhados pela universidade. Naquele momento, não se conhecia especificidades da atuação profissional desses servidores, mesmo sendo todos integrantes da mesma força de trabalho.

O grupo se organizou em torno dos seguintes objetivos: a) valorizar os profissionais da carreira técnico-administrativo em educação que atuam na dimensão pedagógica da UFTM; b) fortalecer o trabalho pedagógico da UFTM; c) criar rede de trabalho colaborativa e integrada, como resistência à individualização e fragmentação institucional; d) desenvolver ações formativas orientadas para as necessidades do grupo; e) realizar estudos e análises que contribuíssem para uma melhor estruturação dos serviços de assessoramento pedagógico na UFTM.

A iniciativa de criação do grupo considerou a realidade do trabalho desenvolvido por esses profissionais na UFTM, que em algumas situações se encontram desviados das atribuições essenciais dos cargos (LOPES, 2019), por motivos diversos, entre eles: a) falta de projeto institucional para os cargos; b) atendimento às necessidades de pessoal com critérios nem sempre claros; c) desconhecimento, resistência e/ou desprestígio da dimensão pedagógica, mesmo numa instituição que tem como finalidades o desenvolvimento do tripé ensino, pesquisa e extensão, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996).

Pimenta e Anastasiou (2010) indicam que embora o tripé ensino-pesquisa-extensão sustente a Educação Superior brasileira, a pesquisa é a atividade mais prestigiada e o ensino, às vezes, considerado como concessão por vários professores universitários.

Na maioria das instituições de ensino superior, incluindo as universidades, embora seus professores possuam experiência significativa e mesmo anos de estudos em suas áreas específicas, predomina o despreparo e até um desconhecimento científico do que seja o processo de ensino e de aprendizagem, pelo qual passam a ser responsáveis a partir do instante em que ingressam na sala de aula (PIMENTA E ANASTASIOU, 2010, p. 37).

Assim, a criação do grupo, além de colocar luzes sobre essa problemática, possibilitou criar um canal de diálogo, compartilhamento de experiências, dúvidas, necessidades comuns e discussão da organização e atuação dos serviços envolvidos com a dimensão pedagógica na UFTM em que atuam Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos, seja em apoio a docentes e/ou a estudantes.

Cunha e Lucarelli (2014); Broilo (2015); Toti (2022) utilizam expressões diversas para se referirem à atividade pedagógica de apoio a docentes e estudantes na Educação Superior, o que leva a inferir que não há um consenso em torno dos termos utilizados. De todo modo, é comum encontrar o termo “assessoria pedagógica” para designar o serviço de apoio ao professor e o termo “apoio pedagógico” para designar o serviço de apoio ao estudante, mesmo que os limites entre um e outro serviço e as justificativas para que sejam nomeados de forma diversa não estejam muito claros. Desse modo, chamar o grupo da UFTM de “Assessoramento Pedagógico”, no geral, carecia de melhor compreensão do contexto da área de estudo e pesquisa, já que os servidores integrantes do grupo atuavam tanto no apoio ao docente quanto no apoio ao estudante. A consulta fazia-se necessária, uma vez que a problemática que motivou esta pesquisa, ou seja, analisar o perfil de Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos da UFTM, partiu de discussões do próprio grupo.

De acordo com Cunha e Lucarelli (2014), o assessoramento pedagógico universitário constitui área de atuação profissional sem identidade, estatuto ou reconhecimento, sem tradição nas universidades brasileiras. São países da América Latina, especialmente Argentina e Uruguai, que enfrentam há mais tempo os desafios decorrentes da expansão do acesso ao Ensino Superior e conquistaram algum avanço no campo da pedagogia universitária, notadamente, para ajudar nas análises dos contextos existentes e propor caminhos.

Nessas experiências latino-americanas, as assessorias pedagógicas universitárias foram criadas junto às diferentes carreiras para “produzir conhecimentos sobre os processos de ensinar aninhados na cultura e nas condições objetivas de cada área de saber” (CUNHA E LUCARELLI, 2014, p. 34). Quando criadas, foram atividades desenvolvidas por professores, em tarefas de investigação e apoio pedagógico aos demais professores e gestores acadêmicos, como “recurso possível (...) para empreender processos de transformação no campo do ensino” (CUNHA E LUCARELLI, 2014, p. 35).

Broilo (2015) também faz referência ao papel das assessorias pedagógicas enquanto instâncias de apoio à formação permanente do docente universitário.

Por isso, hoje o desafio de caminhar para a (re)visão e a (re)construção da docência no ensino superior é o caminho que as assessorias pedagógicas devem percorrer nas universidades. Rever o papel e a ação dos setores pedagógicos ou os projetos e programas que envolvem as preocupações pedagógicas na universidade é fundamental para melhorar os processos institucionais ora em implantação ou mesmo aqueles já criados e implantados, dando, assim, visibilidade ao que tem sido realizado nessa área (BROILO, 2015, p. 49).

Já Toti (2022) faz referência aos serviços de apoio pedagógico a estudantes, implementados por servidores técnico-administrativos em educação envolvidos com a dimensão pedagógica das universidades: “No Brasil, os serviços de apoio aos estudantes têm sua história e prática cotidiana diretamente relacionada à assistência estudantil” (TOTI, 2022, p. 97). O estudo evidencia aspectos da visão institucional sobre os serviços de apoio pedagógico:

a) entendido como ações voltadas à melhoria da aprendizagem/desempenho dos estudantes; b) universalização de ações de apoio pedagógico e similaridade no escopo geral das iniciativas ofertadas; c) as atividades de caráter individual representam a principal intervenção; d) dos profissionais que atuam são principalmente Pedagogos(as), seguidos por Psicólogos(as) e Assistentes Sociais, dando caráter multiprofissional às equipes. Percebe-se que é pequena a participação de docentes nos programas e ações de apoio pedagógico; e) as ações estão, principalmente, sob a responsabilidade das Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis e priorizam o atendimento aos alunos que são o público-alvo do PNAES (TOTI, 2022, p. 98).

A autora analisa que os serviços de apoio pedagógico a estudantes começaram a ser viabilizados com o processo de expansão do acesso ao Ensino Superior verificado a partir do

início dos anos 2000, sobretudo com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI, implementado por meio do Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007).

Com o REUNI, além da criação de novas vagas em cursos de graduação, houve abertura de mais concursos públicos nas universidades, o que contribuiu para viabilizar serviços até então inexistentes, como os Núcleos de Atendimento aos Discentes, setores viabilizados graças ao Programa Nacional de Assistência Estudantil, o PNAES, implementado por meio do Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010) para auxiliar na permanência de alunos em cursos de graduação.

Tanto o REUNI quanto o PNAES contribuíram com a criação de condições objetivas para que serviços de apoio/assessoramento pedagógico a docentes e estudantes se organizassem. Uma das diretrizes do REUNI era aumentar a taxa de conclusão dos cursos de graduação, bem como reduzir os índices de evasão, justificando a necessidade de assessoramento para que esses resultados pudessem ser melhor enfrentados pelas instituições. Em relação ao PNAES, estavam previstas em seu escopo ações a serem realizadas nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, **apoio pedagógico** e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010, grifo nosso).

Assim, os serviços de apoio/assessoramento pedagógico criados na esteira destas políticas, absorveram Técnicos em Assuntos Educacionais, Pedagogos, Assistentes Sociais e Psicólogos, principalmente, todos profissionais da carreira de técnico-administrativo em educação, seja no apoio ao docente e/ou ao estudante universitário. A expectativa era de que os serviços pudessem contribuir com o sucesso e permanência estudantil.

Ocorre que nem todas as instituições de ensino superior elaboraram projetos institucionais que integrassem as diferentes estruturas de apoio ao docente e/ou estudante universitário. Assim como indica Toti (2022), o apoio pedagógico a estudantes, em muitas instituições, ficou concentrado na estrutura das Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis, o que também aconteceu na UFTM. Já o apoio ao docente ficou concentrado em Pró-Reitorias de Graduação ou Ensino, em setores com propostas diversas nem sempre articuladas entre si e nem sempre com atribuições relacionadas à formação permanente para a docência universitária.

Convergências, divergências, limites e formas de articulação entre essas estruturas e atribuições não são claros nos documentos institucionais. Em estudo que analisou textos

prescritivos relacionados às atribuições das assessorias pedagógicas em uma instituição pública de nível superior, Antonello e Muniz-Oliveira (2022) concluíram se tratar de textos genéricos, confusos e contraditórios.

Diferentemente das informações generalizantes do documento previamente analisado (Resolução nº 116/2012), os apontamentos do PDI 2013-2017, do Plano Diretor 2017-2026 e do PDI 2019-2023, acerca da assessoria pedagógica, trazem direcionamentos ao agir profissional do assessor que são mais focados ao aperfeiçoamento didático-pedagógico dos professores e ao acompanhamento estudantil (ANTONELLO e MUNIZ-OLIVEIRA, 2022, p. 13).

Ou seja, no caso da instituição analisada no estudo de Antonello e Muniz-Oliveira (2022), o apoio ao docente e ao estudante universitário são atribuições convergentes das assessorias pedagógicas, não se dividem como em outras instituições. Além disso, o texto prescritivo que deveria orientar a atuação dos servidores, ou como tratado no estudo, dos assessores, “tem caráter predominantemente generalizante, algo que limita a atuação do documento como orientador do agir profissional do assessor” (ANTONELLO e MUNIZ-OLIVEIRA, 2022, p. 13).

E foi assim, a partir do diálogo informal desenvolvido no grupo de Assessoria Pedagógica da UFTM, considerando o contexto institucional, político, normativo, bibliográfico e organizacional, indicativo de indefinição da função dos profissionais dos cargos Técnico em Assuntos Educacionais e Pedagogos no âmbito local, que a proposta de conhecer o perfil destes profissionais no âmbito da UFTM surgiu. Uma das primeiras ações do grupo foi a proposta do I Seminário de Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos da UFTM, realizado em 2020, cuja temática foi: desafios e possibilidades da atuação pedagógica.

As discussões promovidas durante a realização deste evento permitiram evidenciar que os serviços desempenhados por técnico-administrativos em educação na dimensão pedagógica, seja no apoio aos docentes ou aos estudantes, não estavam claros em suas atribuições, limites, formas de integração e dimensionamento na estrutura organizacional, o que confirma os estudos da área.

Assim, justificado pelo contexto de indefinição relacionado à atuação dos cargos, o presente artigo foi mais um desdobramento dessas discussões e tem como objetivo analisar o perfil de Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos da UFTM, a partir de uma pesquisa aplicada durante o I Seminário, indicando características que os definem enquanto grupo e abrindo possibilidades para a sua atuação. A opção de incluir os dois cargos para realizar a mesma pesquisa, justifica-se pela proximidade das atribuições prescritas para ambos, conforme explica estudo que analisou a situação dos dois cargos no Instituto Federal Sertão em Pernambuco: “(...) os que ocupam os cargos de Pedagogos e Técnicos em Assuntos

Educacionais, ambos de nível superior, caracterizam-se por desenvolverem o assessoramento nas atividades de ensino, pesquisa e extensão” (CORNÉLIO, 2018, p. 31).

Com as análises da presente pesquisa, espera-se contribuir com a qualificação da atuação profissional dos servidores, com o projeto de desenvolvimento institucional e, dessa forma, contribuir com o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão na Educação Superior.

2 O TRABALHO DE TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS E PEDAGOGOS EM INSTITUIÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR

Os cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação – PCCTAE, instituídos por meio da lei 11.091/2005 (BRASIL, 2005) até hoje são descritos a partir de um ofício do Ministério da Educação, datado de 28 de novembro de 2005, enviado aos Dirigentes de Gestão de Pessoas das Instituições Federais de Ensino para orientar a realização de concursos públicos para os diferentes cargos da rede federal de educação. Como anexo do ofício foram definidas a escolaridade básica para ingresso, a descrição sumária de cada cargo e as suas atividades típicas (BRASIL, 2005).

No caso do Técnico em Assuntos Educacionais, o requisito de qualificação para ingresso no cargo, de acordo com o ofício, é o curso superior em Pedagogia ou outra Licenciatura. A descrição sumária do cargo indica que o profissional é responsável por coordenar atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo. Também é responsável por assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Já em relação ao cargo de Pedagogo, o requisito de qualificação para ingresso é o curso superior em Pedagogia. A descrição sumária indica que ele é o responsável por implementar a execução, avaliar e coordenar a (re)construção do projeto pedagógico de escolas de educação infantil, de ensino médio ou ensino profissionalizante com a equipe escolar; viabilizar o trabalho pedagógico coletivo e facilitar o processo comunicativo da comunidade escolar e de associações a ela vinculadas. Além disso, assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, atribuição que se repete para todos os cargos do PCCTAE.

O mesmo ofício descreve as atividades típicas de cada cargo. Em relação ao Técnico em Assuntos Educacionais:

Planejar, supervisionar, analisar e reformular o processo de ensino aprendizagem, traçando metas, estabelecendo normas, orientando e

supervisionando o cumprimento do mesmo e criando ou modificando processos educativos em estreita articulação com os demais componentes do sistema educacional, para proporcionar educação integral aos alunos;
Elaborar projetos de extensão;
Realizar trabalhos estatísticos específicos;
Elaborar apostilas;
Orientar pesquisas acadêmicas;
Utilizar recursos de informática;
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional (BRASIL, 2005, p. 50).

Já ao Pedagogo, o ofício explicita que este deve:

Estudar medidas que visem melhorar os processos pedagógicos, inclusive na educação infantil;
Elaborar e desenvolver projetos educacionais;
Participar da elaboração de instrumentos específicos de orientação pedagógica e educacional;
Organizar as atividades individuais e coletivas de crianças em idade pré-escolar;
Elaborar manuais de orientação, catálogos de técnicas pedagógicas; participar de estudos de revisão de currículo e programas de ensino; executar trabalhos especializados de administração, orientação e supervisão educacional;
Participar de divulgação de atividades pedagógicas;
Implementar programas de tecnologia educacional;
Participar do processo de recrutamento, seleção, ingresso e qualificação de servidores e discentes na instituição;
Elaborar e desenvolver projetos de ensino-pesquisa-extensão;
Utilizar recursos de informática;
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional (BRASIL, 2005, p. 38).

Observa-se que a descrição de ambos os cargos e de suas atividades típicas é genérica, precária e desatualizada, em especial: elaborar apostilas, realizar trabalhos estatísticos, elaborar manuais de orientação e catálogo de técnicas pedagógicas. Apesar disso, na relação apresentada, os dois cargos atuam no processo ensino aprendizagem (pedagógico) e pode-se afirmar que as atividades guardam proximidade. Geralmente estão presentes nas equipes das instituições, e na UFTM, o que justifica a análise da atuação das duas carreiras na mesma pesquisa, corroborando com o estudo de Cornélio (2018). As atividades parecem estar voltadas, em grande parte, para uma atuação profissional relacionada à dimensão pedagógica das instituições.

Ocorre, que na prática da atuação profissional, com base em Silva (2014), Sanseverino (2015) e Lopes (2019), tem-se que nem todos os Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos das instituições de nível superior brasileiras atuam na dimensão pedagógica ou em setores que prestam algum tipo de apoio pedagógico ao docente e/ou ao estudante. No caso do apoio ao docente, nem sempre os profissionais atuam em propostas que contribuam com a formação permanente na docência universitária e/ou em orientações diversas para a

formalização curricular, assim como nem todos os profissionais atuam em setores que prestam algum tipo de apoio pedagógico ao estudante.

Em pesquisa à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, a partir da chave de busca: atuação de Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos, chegou-se a 10 trabalhos publicados entre 2014 e 2022, sendo oito dissertações de mestrado e duas teses de doutorado. Mediante a leitura dos resumos destes trabalhos foi possível identificar conclusões que se repetem: desvio de função de Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos, subaproveitamento dos profissionais, dificuldade com o delineamento das funções e possibilidades de atuação, vontade dos servidores em atuar com o pedagógico, mas sendo direcionados pelas instituições para o administrativo de menor complexidade, profissionais se sentindo reconhecidos na função só quando conseguem aceitação por parte do corpo docente, distanciamento entre o prescrito no cargo e a prática profissional.

A maior parte dos estudos centralizaram a análise tomando como objeto a atuação do Técnico em Assuntos Educacionais. Dentre esses, dois analisaram de forma simultânea os dois cargos, assim como a presente pesquisa, dada à proximidade contextual da problemática, bem como as atribuições muito parecidas para ambos os cargos. O quadro a seguir, indica as conclusões centrais dos 10 estudos analisados:

Quadro 1: Conclusões de Dissertações e Teses que analisam a atuação de
Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos no ensino superior

N.	TIPO DE ESTUDO	TÍTULO DO ESTUDO	PRINCIPAL CONCLUSÃO
01	Dissertação	Pedagogos que atuam como técnicos em assuntos educacionais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (SILVA, 2014)	Pedagogos que atuam como Técnicos em Assuntos Educacionais precisam contar com a imprevisibilidade da rotina acadêmica para potencializar sua atuação profissional.
02	Dissertação	A atuação do Técnico em assuntos educacionais na formação inicial em Educação Física (OLIVEIRA, 2015)	Técnicos em Assuntos Educacionais têm dificuldades em delinear suas funções e possibilidades de sua atuação.
03	Dissertação	O lugar dos técnicos em assuntos educacionais em uma instituição de ensino superior do sul do Brasil (MOURA, 2017)	Técnicos em Assuntos Educacionais só tem uma identidade positiva do que são e realizam profissionalmente quando reconhecidos pelo corpo docente.
04	Dissertação	Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais: um estudo de caso sobre as identidades profissionais no IF Sertão-PE (CORNÉLIO, 2018)	Atribuições parecidas de Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos agem como mais um entrave para a sua atuação qualificada na dimensão pedagógica.

**PERFIL DE TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS E PEDAGOGOS DE UMA
UNIVERSIDADE PÚBLICA MINEIRA**

05	Dissertação	Desafios e papel do Técnico em Assuntos Educacionais da Universidade de Brasília (SOUSA, 2019)	Há uma distância entre o prescrito para o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais e a sua prática profissional.
06	Dissertação	Análise do cargo de técnico em assuntos educacionais em uma universidade federal de Minas Gerais (LOPES, 2019)	Técnicos em Assuntos Educacionais reconhecem a essência de suas atividades, buscam atuar em atividades pedagógicas, mas têm uma atuação muito voltada para o administrativo.
07	Tese	A (in)visibilidade do Técnico em Assuntos Educacionais: percalços e possibilidades de atuação na Universidade Federal de Uberlândia (CURY, 2019)	Técnicos em Assuntos Educacionais vivem o desvio de função e o subaproveitamento da atuação como algo naturalizado nas instituições.
08	Dissertação	Avaliação institucional via SINAES: um estudo sobre representações sociais dos Técnicos em Assuntos Educacionais da UFRN (NASCIMENTO JÚNIOR, 2020)	Os Técnicos em Assuntos Educacionais não são representados socialmente no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o que contribui com a invisibilidade da sua atuação.
09	Dissertação	Políticas de valorização dos Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE) no estado de Mato Grosso: formação, salário e carreira (ZIMMERMANN, 2022)	A legislação que ampara a atuação do Técnico em Assuntos Educacionais precisa avançar para que seja possível garantir valorização deste profissional.
10	Tese	Entre a arena e os bastidores: da prática em desenvolvimento à práxis pedagógica do Técnico em Assuntos Educacionais no âmbito do IFRN (COUTINHO, 2022)	Importância de valorizar a prática de Técnicos em Assuntos Educacionais para fortalecer sua práxis profissional.

Fonte: dos autores, 2023

Borges (2016) em sua pesquisa sobre a atuação de Pedagogos na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC corrobora as conclusões dos estudos já analisados, mesmo aqueles que consideram apenas a atuação dos Técnicos em Assuntos Educacionais, confirmando que a mesma problemática envolve a atuação dos dois cargos. O estudo concluiu que:

(...) a atuação dos pedagogos na UFSC encontra-se limitada, significando restrição das contribuições que estes profissionais podem fazer à Instituição, e que dificuldades em se compreender as especificidades do cargo interferem sobremaneira na efetivação da gestão de pessoas no que concerne aos processos de movimentação e de desenvolvimento. Desta forma, depreende-se que a gestão de pessoas referente aos ocupantes do cargo de pedagogo na UFSC vem constituindo-se muito mais de limitações, que de possibilidades, que podem ser minimizadas ou até mesmo superadas ao longo do tempo. Resultante desse cenário, propõe-se a elaboração de um documento interno de descrição do cargo de pedagogo, considerando a descrição oficial do cargo e o contexto institucional, de modo que o trabalho que os servidores do cargo de pedagogo já efetuam e o que ainda podem efetuar estejam contemplados de forma mais inteligível (BORGES, 2016, p. 11).

Também corroborando com a centralidade das conclusões dos estudos indicados, pesquisa desenvolvida na própria instituição campo de pesquisa (LOPES, 2019), indicou ser comum os Técnicos em Assuntos Educacionais serem desviados para o desempenho de atividades essencialmente administrativas, com pouca ou nenhuma relação com a dimensão pedagógica. Em muitas situações, essa problemática revela uma concepção de trabalho fragmentada entre trabalho intelectual e trabalho manual. Há a naturalização de uma equação em que para os docentes é esperado o desenvolvimento do trabalho intelectual e para os técnicos o trabalho manual ou operacional, como se de um e outro trabalhador fosse retirada uma parte de quem são, em sua integralidade.

Nesta concepção de trabalho, se reproduz na instituição de ensino, o modelo dos primórdios da era industrial do século XIX, que fragiliza a dimensão subjetiva do sujeito, sua capacidade de reflexão e pensamento sobre o que realiza, reduzindo-o a uma máquina e, portanto, desumanizando o próprio homem, conforme analisado por Marx (1984, p. 44):

A separação entre as potências do processo espiritual de produção e o trabalho manual, bem como a transformação das mesmas em poderes do capital sobre o capital, se completa, como já foi indicado antes, na grande indústria erguida sob a base da maquinaria. A habilidade pormenorizada do operador de máquinas individual, esvaziado, desaparece como algo ínfimo e secundário perante a ciência, perante as enormes forças da Natureza e do trabalho social em massa que estão corporificadas no sistema de máquinas e constituem com ele o poder do patrão.

A situação é experimentada por muitos técnico-administrativos em educação de instituições de Ensino Superior, que chegam sem orientação sobre o que devem realizar e acabam sendo dimensionados em funções de menor complexidade, em desacordo, muitas vezes, com as atribuições dos cargos. Assim, sua qualificação inicial é ignorada, suas potencialidades nem sempre desenvolvidas e as pessoas subutilizadas nas funções.

Os espaços das universidades públicas são compartilhados/disputados por alunos, docentes e técnico-administrativos. O cotidiano dessa instituição revela relações de poder, dividindo trabalho intelectual e trabalho administrativo. Dicotomia que se evidencia, ainda mais, no trabalho do Técnico em Assuntos Educacionais (SANSEVERINO, 2015, p. 15).

O autor supracitado propõe em seu estudo um plano de ação para que os Técnicos em Assuntos Educacionais sejam melhor aproveitados nas instituições, como forma de melhorar os níveis de motivação, satisfação no trabalho, desenvolvimento institucional e pessoal dos servidores.

Em estudo realizado com o registro de narrativas (SILVA, 2014), os Pedagogos ouvidos vão indicando as lacunas da sua formação inicial em Pedagogia, que na maioria das vezes prioriza um currículo voltado para a docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com

pouca ou nenhuma preparação para atuação profissional em outros níveis de ensino. De acordo com os relatos apreendidos pela pesquisa, esses profissionais, quando chegam nas instituições de nível superior, acabam reconstruindo sua formação na própria prática profissional, sendo em algumas situações, assim como muitos Técnicos em Assuntos Educacionais, desviados para funções administrativas.

A discussão sobre a temática não é nova. Em 1979, a situação dos Técnicos em Assuntos Educacionais já provocava reflexões. É o que revela estudo organizado pelo então Núcleo de Recursos Humanos existente no Ministério da Educação – MEC da época, intitulado: Considerações sobre a situação dos Técnicos em Assuntos Educacionais no MEC (MENDONÇA, 1979). O estudo apresenta os marcos históricos da criação do cargo:

A categoria Funcional do Técnico em Assuntos Educacionais foi criada pelo PCC instituído pela Lei nº 5.645/70, com a finalidade de dotar os órgãos educacionais de profissionais qualificados para a realização das atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução de trabalhos de pesquisa e estudos pedagógicos visando à solução dos problemas de educação (MENDONÇA, 1979, p. 10).

O estudo indica que o Técnico em Assuntos Educacionais de instituições de nível superior é mal aproveitado em suas funções, análise que permanece até os dias atuais.

A principal observação que temos a fazer como conclusão do nosso trabalho é o choque existente entre a situação teórica/ideal do TAE (definida em termos das suas atribuições, áreas de atuação, modelo e papel) e a situação prática/real. A prática desconfirma o teórico previsto, na medida em que se constata a grande indefinição do TAE, conforme ficou bastante explícito nas conclusões das entrevistas. Nada do profissional eclético, multidisciplinar, e também especialista, trabalhando séria e substantivamente a problemática educacional. Mas sim muita deformação (má formação) profissional é um trabalho na lateral, secundário mesmo em termos educacionais. Há, portanto, a nosso ver uma incompreensão ainda muito grande quanto ao real papel do TAE. Não se pode chamar de TAE o profissional da forma como ele vem existindo. Urge sejam tomadas medidas para correção das distorções existentes, traduzidas estas na inconsistência de um técnico que deve ser, pelo menos, peça fundamental na engrenagem do MEC (MENDONÇA, 1979, p. 108).

No tempo presente, em um contexto de reestruturação produtiva que atinge todos os campos do mundo do trabalho, desvalorização do papel das universidades públicas e diminuição de financiamento público para custear estas instituições, pondera-se sobre a necessidade de analisar não só a quantidade, mas a qualidade do trabalho. Existe uma potencial categoria de trabalhadores nas instituições, qualificada academicamente, sendo ignorada nos processos onde se discute o papel do pedagógico para a permanência e o sucesso dos estudantes. Neste sentido, corroborando com a pesquisa aqui realizada, o levantamento bibliográfico diz que, a respeito da atuação de Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos, é preciso

enfrentar o desvio de função naturalizado nas instituições e o subaproveitamento dos profissionais.

Os números de evasão cada vez maiores e a diminuição de interesse no ingresso à Educação Superior, sinalizam para a necessidade de reunir todos os esforços e condições existentes para o enfrentamento destas problemáticas. Acredita-se que a atuação qualificada dos profissionais Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos, em conjunto com o trabalho dos docentes e demais profissionais que compõem a instituição, poderiam contribuir neste enfrentamento.

3 METODOLOGIA

Tem-se como proposta metodológica o desenvolvimento de uma pesquisa de abordagem qualitativa. De acordo com Ludke e André (1986) essa abordagem faz oposição a uma visão empirista de ciência, pois busca a interpretação em lugar da mensuração, a descoberta em lugar da constatação, valorizando a indução e assumindo que fatos e valores estão intimamente relacionados, tornando-se inaceitável uma postura neutra do pesquisador.

Para desenvolver o processo investigativo foi utilizado como procedimento de pesquisa a aplicação de questionário, composto de questões abertas e fechadas, que para Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 53), refere-se “a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche. [...] Ele contém um conjunto de questões, todas logicamente relacionadas com um problema central”.

Na pesquisa, o questionário teve como objetivo conhecer características do grupo de Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos da UFTM, as atividades realizadas na rotina profissional, além de possibilidades para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. O instrumento de coleta foi composto de 20 perguntas, sendo 16 objetivas de múltipla escolha e quatro discursivas.

As quatro primeiras perguntas estavam relacionadas a dados pessoais dos entrevistados e, por esse motivo, as respostas não foram disponibilizadas neste estudo, em respeito aos compromissos éticos de uma pesquisa, bem como às questões impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018. As demais perguntas procuraram identificar as características dos profissionais como idade, gênero que se identifica, raça, formação,

especificidades da atuação, pretensões profissionais na universidade e propostas para maior integração e desenvolvimento, tanto institucional quanto pessoal.

O questionário foi organizado e disponibilizado por meio da ferramenta digital *google forms* apenas aos profissionais que ocupavam o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais e Pedagogos, em 2020, na instituição. Após a identificação destes profissionais por meio da relação de Agentes Públicos da instituição (UFTM, 2020), foi enviado um e-mail para cada um deles solicitando a participação na pesquisa por meio do *link* indicado. Dos quarenta e cinco profissionais à época constantes na relação, vinte e oito responderam ao questionário, entre Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos, o que equivale a 62% do universo pesquisado.

As respostas foram organizadas e analisadas considerando os pressupostos da análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (1977), identifica um conjunto de técnicas de análise das fontes utilizadas na pesquisa que visam organizar procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das fontes de pesquisa, criando indicadores que permitem a inferência de conhecimentos produzidos durante essa análise. Sendo assim, ela se realiza a partir de três momentos consecutivos, a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos dados, que por sua vez, permite a inferência e a interpretação.

Na pré-análise, é feita a “leitura flutuante” dos dados produzidos, momento em que se começa o delineamento de hipóteses relacionadas ao tema da pesquisa, embasados no quadro teórico consultado. O segundo momento corresponde à exploração do material. É a etapa mais longa, em que se procura codificar os dados brutos e organizá-los em unidades de sentido. A codificação compreende um recorte nos temas, em unidades de contexto e unidades de registro. É a fase da categorização, ou seja, definição de uma “espécie de gavetas ou rubricas” que, segundo Bardin (1977), permitem a classificação de elementos significativos das fontes de pesquisa. O terceiro momento da análise de conteúdo refere-se ao tratamento dos dados que compreende a inferência e a interpretação. Nesse momento, os conteúdos selecionados nas fases anteriores são, de fato, analisados, à luz dos referenciais teóricos consultados.

4 ANÁLISES A PARTIR DOS DADOS

Os dados levantados com o questionário de questões abertas e fechadas disponibilizado aos Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos da UFTM permitiram sistematizar três

conjuntos de respostas: a) características objetivas dos profissionais no que diz respeito à idade, gênero que se identifica, raça, ano de ingresso, cargo e formação; b) forma como os profissionais analisam sua preparação para os desafios do contexto de trabalho; e c) o que os profissionais de fato realizam e propõem para o desenvolvimento pessoal, coletivo e institucional.

O primeiro conjunto de respostas, que permitiu identificar características do grupo, foi sintetizado no quadro a seguir:

Quadro II: Características dos profissionais

CARACTERÍSTICAS	RESPOSTA PREDOMINANTE
Idade média	26 a 45 anos
Gênero	feminino
Raça	branca
Formação	Mestrado
Ano de ingresso	após 2010
Cargo	Técnico em Assuntos Educacionais

Fonte: dos autores, 2023

O segundo conjunto de respostas, relacionadas à forma como os profissionais analisam sua preparação para os desafios do contexto de trabalho, permitiram evidenciar um grupo que em sua maioria: a) é incentivado no próprio setor a se qualificar de forma permanente; b) tem desenvolvido algumas atividades de extensão; c) desenvolve pouca atividade de pesquisa; d) prefere atuar, em ordem de prioridade: no apoio pedagógico ao estudante; em segundo lugar, no apoio à formação permanente do professor universitário e, por último, na formalização ou organização curricular; e) acredita que sua formação está parcialmente adequada para a sua atuação profissional e f) está parcialmente satisfeito com o trabalho na universidade.

O terceiro conjunto de respostas, relacionadas ao que os profissionais de fato realizam e propõem para o desenvolvimento pessoal, coletivo e institucional, permitiu identificar que: a) apenas parte das atividades desenvolvidas pelos Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos têm relação com a dimensão pedagógica; b) há limites no setor onde atuam para desenvolverem atividades pedagógicas como falta de clareza e valorização das funções, falta de diálogo com os diferentes níveis de gestão e subutilização dos profissionais; c) a instituição precisa elaborar política para o assessoramento pedagógico em que seja definido um rol amplo de atribuições para os profissionais e seja formalizado, na estrutura organizacional da instituição, os setores que atuam na dimensão pedagógica e d) para integrar os profissionais, são sugeridos eventos de integração, realização de projetos em parceria, participação em grupos, comissões e reuniões.

As análises que indicam que apenas uma parte das atividades desenvolvidas tem relação com a dimensão pedagógica e mesmo assim são atribuições pouco claras, são afirmadas em trechos de respostas de participantes da pesquisa: *“Há falta de clareza da instituição quanto às atribuições do setor. Os gestores não conhecem as atribuições dos TAEs e suas capacidades pedagógicas”*. Na resposta, fica evidenciado a indefinição quanto ao setor e a insatisfação do servidor.

Quanto ao conjunto de características do grupo, ou seja, ter idade média que varia dos 26 aos 45 anos, maioria de mulheres, maioria da raça branca, formação inicial média em nível de mestrado, ingresso posterior a 2010 e maioria do cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, é possível produzir várias análises. Os dados indicam se tratar de um grupo jovem, que ficará na instituição por um longo período de suas vidas: em torno de 20 anos. Esse fato pressupõe a necessidade de elaboração de políticas internas de valorização, qualidade de vida no trabalho, desenvolvimento permanente, entre outras iniciativas.

Quanto à maioria de mulheres no grupo, três vezes maior que o número de homens, pode indicar sobrecarga de funções para elas, já que, segundo Silva (2019), em pleno século XXI ainda se atribui à mulher serviços naturalizados como responsabilidades femininas, o que a médio e longo prazo pode ampliar as chances de adoecimento e, conseqüentemente, diminuição do rendimento no trabalho. O dado reforça a necessidade de instituir políticas internas de cuidado que considerem esses diferentes perfis, sobretudo o das mulheres.

A predominância da cor branca indica que mesmo com a implementação de políticas afirmativas no âmbito da administração pública federal a partir dos anos 2000 (PIOVESAN, 2008), o ingresso via concurso público de servidores negros ainda é minoritário na UFTM, mesmo numa população brasileira com maioria de pretos e pardos. O dado reforça a importância e necessidade de continuidade das políticas afirmativas de reserva de vagas para ingresso no serviço público.

Outras análises se complementam às anteriores. Trata-se de um grupo com formação inicial para além do mínimo exigido nos concursos públicos para os dois cargos, ou seja, graduação em alguma licenciatura. A maioria dos respondentes indicaram que já possuíam mestrado no ato de ingresso, o que indica a busca por formação que melhore as condições de competitividade para ingresso por meio de concurso público. Contraditoriamente, conforme Silva (2014), nem sempre os conhecimentos da formação inicial são os requeridos para a atuação, o que obriga os profissionais a se formarem na prática profissional. Em relação à grande maioria ter ingressado na UFTM posterior a 2010, momento da expansão, interiorização

e ampliação das instituições de ensino superior públicas (BRASIL, 2007), o dado confirma o contexto nacional de início da organização dos serviços de apoio pedagógico, assim como indica Toti (2022).

Quanto à maioria de servidores da UFTM no cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, o dado indica a opção da instituição em realizar concursos públicos para esse cargo em detrimento de concursos públicos para Pedagogos. Infere-se que essa opção está relacionada à possibilidade de integrá-los a um leque maior de setores dentro da instituição, não necessariamente a setores ligados à dimensão pedagógica. Essa análise se confirma em respostas dadas por participantes da pesquisa, revelando práticas profissionais mais voltadas a rotinas administrativas, muitas vezes subdimensionadas para as atribuições dos cargos: *“Não vejo necessidade de um servidor nível E para realizar as atribuições no setor. As atribuições são burocráticas”*.

Assim, com base em Mendonça (1979), Pimenta e Anastasiou (2010), Silva (2014), Sanseverino (2015), Lopes (2019) e considerando respostas dos participantes da pesquisa, conclui-se, que o apoio pedagógico e/ou assessoramento pedagógico a docentes e estudantes ainda não se consolidou nas instituições de nível superior brasileiras, mesmo com os investimentos do REUNI (2007) e PNAES (2010), já que os profissionais, entre outros fatores:

- Só parcialmente passaram a atuar na dimensão pedagógica, permanecendo a lógica anterior de serem desviados para rotinas essencialmente administrativas;
- A dimensão pedagógica se manteve sem prestígio nas instituições, com pouca disposição da comunidade acadêmica em investir tempo para construir e consolidar políticas pedagógicas mais embasadas, integradas e articuladas;
- Técnico-administrativos em educação atuando, diretamente, em questões pedagógicas, sobretudo em temas sensíveis como a formação pedagógica do professor universitário, confrontam relações profissionais às vezes conflituosas entre docentes e técnicos, mesmo que de maneira velada, o que dificulta o desenvolvimento de todos.

Embora sejam análises que apontam um longo caminho a ser trilhado, para que o assessoramento/apoio pedagógico seja consolidado em instituições de nível superior é preciso destacar a atuação qualificada de muitos Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos das instituições. Essas iniciativas, ainda pontuais e isoladas, podem se constituir em movimentos de base, fundadas no diálogo, com potencial de provocar transformação das estruturas e crescimento de todos os envolvidos: *“o diálogo tem significação precisamente porque os*

sujeitos dialógicos não apenas conservam, mas a defendem e assim crescem um com o outro” (FREIRE, 1992, p.118).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o levantamento bibliográfico, de dados e análises decorrentes foi possível compreender que os Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos da UFTM constituem um grupo de profissionais em plena atividade, composto de maioria de mulheres, raça branca, com formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* e atuação das mais diversas na instituição. São profissionais que se reconhecem na possibilidade de desempenhar um leque maior de atividades, voltadas a dimensão pedagógica, seja no apoio/assessoramento aos docentes e/ou estudantes.

Apesar disso, foi possível identificar nas respostas que esses profissionais observam alguns limites para que isso aconteça, sobretudo, ligados à indefinição da dimensão pedagógica na estrutura organizacional e um diálogo nem sempre claro entre pares, gestores e docentes. Mesmo considerando esses limites, se mostram abertos a transformá-los em potencialidades, já que sugerem atuar em atividades integradoras diversas promovidas no próprio grupo, em setores da instituição, propostos por diferentes níveis de gestão.

As análises, relativas ao contexto da instituição lócus da pesquisa, confirmam as conclusões dos estudos aqui mencionados e apresentam em relação a atuação dos dois cargos: a problemática da subutilização, da atuação não direcionada à dimensão pedagógica, da dificuldade em atuar com a formação do docente universitário, muitas vezes não sensível a iniciativas desse tipo, da falta de integração e de uma proposta institucional mais articulada com setores que desenvolvem atividades afins.

Importante ressaltar que o levantamento bibliográfico encontrou mais estudos que focam a atuação específica do Técnico em Assuntos Educacionais em instituições públicas de ensino superior, porém conclui-se, com base nos estudos que analisam especificamente a

atuação dos Pedagogos e estudos que analisam a atuação de ambos os cargos, a problemática é recorrente e coincidente para ambos.

Espera-se que o estudo possa contribuir para que a instituição conheça melhor e valorize mais seus profissionais em necessidades, dificuldades, perfis formativos, experiências e expectativas. Além disso, o estudo possibilita que a instituição se abra para reconhecer a importância da dimensão pedagógica na Educação Superior, para dimensionar melhor a sua força de trabalho e estruturar de forma mais adequada o seu desenho organizacional. O estudo é fruto da construção coletiva, pode colaborar com o desenvolvimento institucional e dos servidores que estão integrados à universidade, contribuindo, também, com o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão na Educação Superior.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. Universidade Nova no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no Século XXI**: Para uma Universidade Nova. Coimbra, outubro de 2008. 260 p. cap. 2, p. 107-259. Disponível em: . <https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20X%20XI.pdf> Acesso em: 27 jun. 23.

ANTONELLO, Jaqueline; MUNIZ-OLIVEIRA, Siderlene. Uma análise de um texto prescritivo de uma universidade pública: a assessoria pedagógica universitária. **Horizontes**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. e 022009, 2022. DOI: 10.24933/horizontes.v40i1.963. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/963> . Acesso em: 26 jun. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BORGES, Joyce Regina. **O pedagogo na tessitura da UFSC**: liames entre a atuação deste profissional e a gestão de pessoas. 2016. 196p. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Administração Universitária, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2016. Disponível em: [344101.pdf \(ufsc.br\)](#). Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL, Presidência da república. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 jun. 23.

BRASIL. Presidência da república. **Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111091.htm. Acesso em 25 mai. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC**. Descrição dos cargos técnico-administrativos em educação. Brasília, DF, 2005. Disponível

em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canaleggp/oficios/oc01505.pdf> Acesso em 26 jun 2023.

BRASIL. Presidência da república. **Decreto nº. 6.096**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm Acesso em: 25 mai. 2021.

BRASIL, Presidência da república. **Decreto nº.7.234**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 20 jun. 2022.

BROILO, Cecília Luiza. **Assessoria pedagógica na universidade: (con)formando o trabalho docente**. Araraquara, São Paulo: Junqueira e Marin, 2015.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CORNÉLIO, Iara Ferraz. **Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais: um estudo de caso sobre as identidades profissionais no IF Sertão-PE**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador - BA, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29861>. Acesso em: 26 jun. 2023.

COUTINHO, Ticiania Patrícia da Silveira Cunha. **Entre a arena e os bastidores: da prática em desenvolvimento à práxis pedagógica do Técnico em Assuntos Educacionais no âmbito do IFRN**. 2022. 178f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_e77113bce439764460ab73f38d34d1c0. Acesso em: 26 jun. 2023.

CUNHA, Maria Isabel da; LUCARELLI, Elisa. **Estratégias de qualificação do ensino e o assessoramento pedagógico: reconhecendo experiências em universidades íbero-americanas**. Criciúma-SC: UNESC, 2014.

CURY, Daniel Gonçalves. **A (in)visibilidade do Técnico em Assuntos Educacionais: percalços e possibilidades de atuação na Universidade Federal de Uberlândia**. 2019. 487 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2429>. Acesso em: 26 jun. 2023.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LOPES, Mariana Gomes. **Análise do cargo de técnico em assuntos educacionais em uma universidade federal de Minas Gerais**. 2019. 114f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em

Rede Nacional, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2019. Disponível em: <http://bdtd.uftm.edu.br/handle/tede/847>. Acesso em: 26 jun. 2023.

LÜDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 3. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MENDONÇA, José Raimundo Andrade. **Considerações sobre a situação atual de Técnicos em Assuntos Educacionais no MEC**. Brasília: Núcleo de Recursos Humanos do MEC, 1979.

MOURA, Samara Loureiro de. **O lugar dos técnicos em assuntos educacionais em uma instituição de ensino superior do sul do Brasil**. 2017. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade La Salle, Canoas - RS, 2017. Disponível em: <http://svr-net20.unilasalle.edu.br/handle/11690/766>. Acesso em: 26 jun. 2023.

NASCIMENTO JÚNIOR, Reinaldo Tamandaré do. **Avaliação institucional via SINAES**: um estudo sobre representações sociais dos Técnicos em Assuntos Educacionais da UFRN. 2020. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_c4a8680945bc663cc2d0bee3b8baf066. Acesso em: 23 jun. 2023.

OLIVEIRA, Carlos Fernando Barreto de. **A atuação do Técnico em assuntos educacionais na formação inicial em Educação Física**. 2015. 90 f. Dissertação (Mestrado Profissional) - Instituto de Saúde e Sociedade, Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/46927>. Acesso em: 26 jun. 2023.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2010.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**. v. 16, n. 3, 2008, p. 887-896. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300010>. Acesso em: 14 jun. 2022.

SANSEVERINO, Adriana Manzolillo. **Plano de ação para o Técnico em Assuntos Educacionais em uma instituição federal de ensino superior**. 2015. 178f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) - Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2015. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/17452/Dissert%20Adriana%20Manzolillo%20Sanserverino.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 jun. 2023.

SANTOS, Valdelice da Conceição. **Uso do whatsapp como uma ferramenta de comunicação interna**: um estudo de caso na prefeitura de São Félix – BA. 2018. 59f. TCC. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Cachoeira – BA: UFRB, 2018. Disponível em:

https://www.ufrb.edu.br/gestaopublica/images/phocadownload/20181TCCconcluidos/SANTO_S_Uso_Whatsapp_ferramenta_comunicacao_interna.pdf. Acesso em: 26 jun 2023.

SILVA, Silvia Helena Ferreira da. **Pedagogos que atuam como técnicos em assuntos educacionais na Universidade Federal do Rio de Janeiro**. 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/9938>. Acesso em: 26 jun. 2023.

SOUSA, Jaqueline de Almeida. **Desafios e papel do Técnico em Assuntos Educacionais da Universidade de Brasília**. 2019. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38089>. Acesso em: 26 jun. 2023.

TOTI, Michele Cristine da Silva. **Apoio pedagógico nos serviços de assuntos estudantis das universidades federais brasileiras: mapeamento, tendências e desafios**. 2022. 210f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas-SP, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=549653>. Acesso em: 26 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. Pró-Reitoria de Recursos Humanos. **Agentes Públicos**. Disponível em: <https://www.uftm.edu.br/prorh/publicacoes/agentes-publicos-uftm> Acesso em: 26 jun. 2023.

ZIMMERMANN, J. M. M. **Políticas de valorização dos Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE) no estado de Mato Grosso: formação, salário e carreira**. 2022. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022. Disponível em <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12593>. Acesso em: 26 jun. 2023.